Seminário 40 Anos do Golpe:

Ditadura Militar e Resistência no Brasil

22 a 26 de março de 2004

Promoção:

Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ

Programa de Pós-graduação em História da UFF

Centro de Pesquisas e Documentação
em História Contemporânea do Brasil da FGV

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Apoio:

FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Comitê Organizador:

Carlos Fico (UFRJ)
Celso Castro (CPDOC)
Ismênia de Lima Martins (APERJ)
Jessie Jane Vieira de Sousa (UFRJ)
Maria Paula Araujo (UFRJ)
Samantha Viz Quadrat (UFF)

SUMÁRIO

Apresentação 11

Golpe de 64

A participação da imprensa na queda do Governo Goulart 15
Alzira Alves de Abreu

Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? 26
Argelina Cheibub Figueiredo

1964: a democracia golpeada 36
Caio Navarro de Toledo

O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil 41
Jorge Ferreira

Censura e Propaganda

Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades 55
Maria Aparecida de Aquino

A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura 71
Carlos Fico

Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964 80
Beatriz Kushnir

Governos Militares

Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar 93
Maria Celina D'Araujo

A ditadura revisitada: unidade ou desunião? 105
João Roberto Martins Filho

Luta Armada

Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória 119
Daniel Aarão Reis

Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores 140
Marcelo Ridenti

Repressão

Os porões internacionais da repressão 153
Samantha Viz Quadrat

O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986) 163
Pio Penna Filho

Relações Internacionais

Política externa dos governos militares 173
Williams Gonçalves

Trajetórias de Vida

Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil 183
Marieta de Moraes Ferreira

Vidas no exílio 192
Denise Rollemberg

Trajetórias de ex-presas políticas da ditadura militar 207
Elizabeth Xavier

Milagre Econômico

Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária 219
Francisco de Oliveira

Milagre brasileiro: antecedentes e principais conseqüências econômicas 226
Wilson Cano

Resistência Democrática

A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985 (estratégias de luta e resistência contra a ditadura) 243
Maria Paula Araujo

Desfiles de moda e espetáculos na Broadway: representando a oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos nos anos 1970 252
James N. Green

Acervos Documentais

Acervos e repressão 263
Célia Costa

O direito à informação e a pesquisa histórica 270
Jessie Jane Vieira de Sousa

Militares

Os militares e a memória do regime de 1964 277
Celso Castro

Justiça militar e processo político no Brasil (1964-1968) 282
Renato Lemos

O anticomunismo militar 290
Rodrigo Patto Sá Motta

Cultura

Engenheiros das almas ou vendedores de utopia? A inserção do artista-intelectual engajado no Brasil dos anos 1970 309
Marcos Napolitano

Anos Rebeldes e a construção televisiva da história 321
Mônica Almeida Kornis

Registro plástico de uma experiência política 329
Carlos Zílio

Ensino

A construção da memória no ensino da História 339
Luís Reznik

As políticas educacionais pós-64 e o conflito de representações de uma educação voltada para o trabalho 351
Clarice Nunes

O ensino de História e o golpe militar de 1964 364
Selva Guimarães Fonseca

Cinema e História

Depoimento – Cinema e História 381
Lúcia Murat

Depoimento – Cinema e História 389
Sílvio Tendler

Sobre os autores 395

MILAGRE BRASILEIRO: ANTECEDENTES E PRINCIPAIS CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS[1]

Wilson Cano

O período 1967-1974 é chamado de *Milagre Brasileiro* devido às altíssimas taxas médias de crescimento do PIB (9,3%) e da indústria de transformação (12,5%), forte elevação da taxa de investimento e do emprego, além das profundas alterações estruturais disso decorrentes. Sua desaceleração se dá entre 1974 e 1980, mas apresentando ainda taxas expressivas de crescimento (respectivamente, de 4,4% e 6,7%). Contudo, também deixaria como herança a piora na distribuição de renda, nas dívidas externa e interna pública, no balanço de pagamentos e na inflação.

ANTECEDENTES

Após a "crise de 1929" ocorreria profunda transformação no padrão de acumulação de capital no Brasil. A economia transitava de um modelo primário exportador, cujo determinante maior do nível da renda e do emprego eram as exportações, para outro, de industrialização, em que o principal determinante passava a ser o investimento autônomo. Se tomarmos o período de 1932 a 1939, o PIB cresceu à média anual de 6,3% e a indústria de transformação a 10,0%.

O novo padrão, contudo, seria ainda *restringido*, até 1955, em parte subordinado ao antigo setor exportador. Primeiro, porque a formação industrial anterior a 1933 havia instalado um compartimento produtor de bens de produção muito incipiente, dependendo, ainda, das divisas geradas pelo setor exportador, para importar os bens de produção que necessitava para sua reprodução ampliada. E também pelo mercado, dado que, pelo menos até a Segunda Guerra, era ainda o setor agropecuário (que também cresceu), com seus segmentos urbanos, que garantia o mercado de manufaturados.

É com a política econômica de recuperação implantada pelo governo Vargas que o mercado nacional se tornaria cativo dessa indústria, deslocando-se o centro dinâmico da economia, via processo de industrialização, que

passaria a comandar seu crescimento e sua evolução. Essa restrição diminuiria sensivelmente a partir do qüinqüênio 1956-1960, quando finalmente se instalaria no País a indústria pesada, e a própria industrialização alargaria seus mercados, através da intensa urbanização.[2]

Por outro lado, é também graças à larga visão de Vargas que aquela política teria em mira a integração do mercado nacional, pois até 1929 a economia brasileira era constituída de economias regionais, com escassas relações mercantis entre elas.[3] Com a violenta compressão das importações (o coeficiente global de importações cai de 19,8% em 1928 para 10,5% em 1939)[4] e a sustentação do nível de renda da economia, o mercado nacional passava a ser cativo para a indústria nacional, e isto, mais algumas medidas de política econômica, engendraria um processo de crescente integração entre seus vários espaços econômicos regionais.

No período 1939-1945 a economia brasileira submeteu-se a enormes pressões internas dadas as restrições causadas pela Guerra, dificultando a industrialização, fazendo com que a indústria e a agricultura fossem submetidas a maiores esforços produtivos, gerando inclusive pressões inflacionárias. Com isso, o país substituiria parte de suas antigas importações, cuja pauta mostraria sensível diminuição do peso dos bens de consumo importados e um gradativo aumento dos bens de capital, de combustíveis e outros insumos industriais.[5]

A mudança da estrutura industrial acelerou-se, ao final da Segunda Guerra Mundial, com os bens de consumo não-duráveis, que antes perfaziam mais de três quartos do valor da produção industrial brasileira, passando a menos de dois terços e os bens de capital e de consumo durável, que perfaziam menos de 2%, passando a 7,6%.

A produção de bens intermediários expandira-se significativamente e, em 1946, se inaugurava a primeira siderúrgica integrada de grande porte e estatal. Uma série de outros empreendimentos produtores de bens de produção também havia sido implantada sob a égide do Estado, ante a fragilidade do capital nacional em investir nos setores de maior risco e de maiores requerimentos de capital.

Continuara também, ao longo dos anos 1930-1940, a instalação de algumas subsidiárias de capital internacional, ampliando o grau de complementaridade interindustrial da economia, iniciando-se a fabricação de pneumáticos e a de equipamentos ganhando maior importância. Contudo, a crise e a guerra restringiram bastante o investimento externo.

Há que se destacar que ao longo da década de 1930 e, mais especificamente, após o golpe do "Estado Novo" em 1937, o Estado brasileiro começa

a se organizar para enfrentar as transformações em curso. Várias instituições estatais foram criadas ao longo desses anos – notadamente durante o segundo governo Vargas (1950-1954) –, e o Estado foi implementando novos mecanismos para a programação e a execução de seu novo papel, que atingiria complexidade ainda maior no pós-guerra.[6]

No período de 1945 a 1955, a urbanização seria acelerada e a taxa de incremento demográfico subiria para 2,8% ao ano. Industrialização e urbanização geravam enormes pressões sobre a agricultura, empurrando suas "fronteiras", desbravando estados como o Paraná e reforçando a *Marcha para o Oeste*, iniciada também por Vargas na década anterior. Isto compensou boa parte do êxodo rural que então se iniciava, fazendo com que os fluxos migratórios nacionais aumentassem consideravelmente ao longo das décadas de 1930 e 40. O incremento da produção industrial foi espetacular (9,3% anual, entre 1945 e 1955) e foi possível, durante a guerra, graças à sobreutilização de sua capacidade produtiva prévia.

Esse elevado ritmo de crescimento conteve ainda mais o coeficiente global de importações, aumentando o peso relativo dos bens de capital na pauta de importação. Ao final desse período já se notava maior avanço na estrutura industrial, com os bens intermediários nela figurando com 32%. Em 1950, a indústria já participava com cerca de um quarto no Produto Interno Bruto e a agricultura ainda mantinha peso elevado, com cerca de 27%.

Tomado todo o período 1929-1955, observa-se que a agricultura crescera a uma taxa superior à demográfica enquanto a taxa de crescimento do produto industrial atingira a média anual de 7,3%, mais elevada, portanto, do que a observada no período 1900-1929 que fora de 5,6%.

Entre 1950 e 1954 (segundo período Vargas), a economia explicitara a necessidade de converter sua restringida industrialização num processo específico de industrialização, ou seja, de instalar a indústria pesada e resolver os graves gargalos de infra-estrutura, notadamente energia e transportes. Dada a natureza e porte de tais investimentos, a debilidade do capital privado nacional e o menor interesse do capital forâneo, o governo expandiu fortemente a ação do Estado, criando novas instituições e empresas públicas bem como novos mecanismos de política econômica e alguns fundos fiscais que permitiriam, mais tarde, efetiva execução desses programas. Lembremo-nos ainda que esse mesmo governo também deu os primeiros passos para estimular a implantação de uma indústria automobilística no país, incentivando o desenvolvimento da indústria nacional de autopeças.

O conturbado final de seu governo, que culmina com grave crise política e seu suicídio em agosto de 1954, adia, por dez anos, o golpe que seria desferido pela direita conservadora em 1964. Concluída a interinidade 1954-1955, toma posse o novo governo JK para o período 1956/1960, servindo-se da base instrumental herdada do governo anterior e adicionando-lhe alguns novos mecanismos.[7] Entre estes, cabe destacar: a nova lei disciplinando a entrada de capital de risco no país, concedendo-lhe fortes subsídios, e a nova lei tarifária, que além de reorganizar a tarifa eleva substancialmente as margens de proteção para a indústria, principalmente aos segmentos ainda precariamente implantados, onde se destacariam os bens de consumo durável e de capital.

Pelo lado das finanças públicas, o governo não tinha condições políticas para obter reformas fiscais que viabilizassem o gigantesco plano. Optou, politicamente, por caminhos de menor resistência: serviu-se dos fundos fiscais especiais, dos "ágios e bonificações" cambiais, da antiga estrutura tributária e do BNDE, herdados do segundo governo Vargas, utilizando-se ainda do recurso a operações cambiais-financeiras dos *swaps*.

Seu *Plano de Metas* tinha como principais alvos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção da nova capital federal, Brasília. Pode-se dizer, grosso modo, que o apoio interno e externo foi satisfatório para sua execução e a maioria das metas foi plenamente atingida. Dessas metas globais, há que se destacar os projetos das usinas elétricas, da indústria de construção naval, da automobilística, de mecânica e de material elétrico pesados, que iriam constituir fundamentalmente os segmentos produtores de bens intermediários, de capital e de consumo durável, que ampliariam sobremodo a autonomia para a reprodução ampliada, complementando e modernizando a estrutura produtiva industrial.

Considerado o período de implantação dessas metas e seu amadurecimento – 1956-1962 –, o PIB cresceu à taxa média anual de 7,9% e a indústria de transformação à de 10,0%, expandindo a urbanização, que passava a 45% da população total. A implantação dos novos setores fez avançar substancialmente a integração do mercado nacional e gerou muitas ocupações urbanas de maior qualificação, ampliando o até então pequeno segmento da classe média.

Contudo, a estreiteza de nossa capacidade de importar e de nosso sistema de financiamento de longo prazo acumulou efeitos negativos sobre o câmbio, finanças públicas e inflação, que se transferem para o período subseqüente. A isto se deve somar a debilidade do sistema de financiamento de médio e longo prazos e a diminuição das oportunidades de investimento industrial,

que culminariam na crise econômica e política de 1962-1967. Aos problemas econômicos se juntam vários de ordem social: salários, habitação e saneamento, saúde e educação e a questão fundiária. O conjunto desses problemas foi politicamente canalizado pelos setores progressistas da sociedade, no movimento chamado "Reformas de Base", entre 1959 e 1964, quando então a direita reacionária desencadeia o Golpe Militar de abril de 1964.

O *MILAGRE*

Para enfrentar alguns daqueles problemas, o regime autoritário elaborou uma série de reformas institucionais e econômicas, como a do sistema monetário e financeiro; criação da correção monetária para títulos públicos e privados; reforma tributária; criação do Banco Nacional da Habitação, para financiar a política habitacional; substituição da estabilidade no emprego pela criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); o Acordo de Garantia de Investimento, assinado com o governo norte-americano. Acrescente-se o amplo espectro de incentivos fiscais, cambiais e financeiros que passaram a ser concedidos ao capital, em termos regionais, setoriais, às exportações e ao mercado de capitais. Acrescente-se o novo sistema de crédito rural, que passou a ser decisivo para a chamada *modernização conservadora* da agropecuária, notadamente em seus setores exportadores agroindustriais.

Essas medidas permitiram a redução da taxa inflacionária anual para cerca de 30%, que, juntamente com a remoção dos obstáculos institucionais e econômicos, os fortes subsídios ao capital e a reconcentração da renda, constituiu a base sobre a qual se assentaria a forte expansão do período seguinte.

Constituía-se, a partir desse momento, a etapa que ficou conhecida como a do "capitalismo selvagem brasileiro".[8] Selvagem porque, a despeito de que viesse a crescer em anos futuros a taxas sumamente elevadas, provocou drástico agravamento na concentração da renda pessoal e um rígido controle salarial, que impediu melhor distribuição dos ganhos de produtividade, prejudicando sensivelmente a classe trabalhadora.[9] Acresça-se a deterioração crescente do sistema educacional e de saúde pública, que vieram a corroer ainda mais as bases para uma democracia social.

Com o conjunto das reformas econômicas, a expansão das exportações, e essa enorme quantidade de subsídios, a recuperação da economia tornar-se-ia rápida, intensa e generalizada. Com efeito, o período 1967-1974, chamado "milagre brasileiro", apresentou as mais elevadas taxas de crescimento

industrial. À base da política econômica que fora gestada logo após o golpe de 1964, foi sendo adicionada uma política de elevados subsídios às importações de bens de capital, que baratearam sobremodo a acumulação de capital produtivo.

No início do período, os mecanismos de recuperação propiciaram um enxugamento da grande capacidade ociosa existente ao final do Programa de Metas. A produção industrial cresceu em todos os seus compartimentos. Na indústria de construção civil, pelo novo esquema financeiro e pelo maior atendimento à demanda da classe média. Na de bens de consumo durável, apresentaria as mais altas taxas de crescimento, beneficiada não só pelo processo de reconcentração da renda, como também pelo alargamento da demanda permitido pelos novos mecanismos de financiamento de crédito ao consumo. A de bens de consumo não durável se recupera em grande parte devido à considerável expansão de suas exportações e à retomada do nível de emprego da economia.

Com efeito, aproveitando a brecha que surgia no mercado internacional, os subsídios internos e o fraco desempenho da demanda interna de bens de consumo não durável, o comércio exterior brasileiro apresentaria importantes transformações em suas pautas. As exportações de produtos industrializados, que no começo da década de 1950 perfaziam 13% do total exportado, já ao final da década de 1960 atingiam pouco mais de um quarto e passavam a 40% em 1975. A pauta de importações tornava-se mais rígida, com os bens de produção perfazendo mais de 90% do total. O coeficiente global de importações, fortemente comprimido pela substituição de importações e pelo relativo estrangulamento externo, caía, dos 10% de 1950 para 7,1% em 1960, subindo, novamente pela pressão dos bens de produção, para a média de 9% no período 1970-1975.

A estrutura industrial avançaria, com a produção de bens de capital e de bens de consumo durável aumentando sua participação no total da produção industrial para 22,5% em 1970 e 26,8% em 1980. No mesmo período, o setor produtor de bens de consumo não duráveis baixou sua participação de 45% para 30,6%, tornando a estrutura industrial mais próxima à dos países desenvolvidos.

Como a grande capacidade ociosa já diminuíra entre 1967 e 1970, no período de 1970-1974 a taxa de inversão novamente se eleva, tanto a pública quanto a do setor privado, superando a média de 20% do PIB. O setor de bens de consumo durável, basicamente representado pela produção automobilística e pela construção residencial para classes de rendas médias e altas,

continuou a aumentar sua produção a taxas muito altas (superiores a 20% ao ano), gerando grandes massas de lucro. Contudo, essa soma de lucros situava-se muito à frente da possibilidade de expansão futura da demanda desse setor. Isto, ao final do período, gerou grave descompasso entre o novo aumento da capacidade produtiva e a impossibilidade de outro alargamento da demanda.

A expansão do setor de bens de produção, que também foi elevada, passou, contudo, a se defrontar com a inadequação relativa do sistema financeiro nacional para atender ao financiamento privado e público, exigidos para alimentar uma alta taxa de inversão. O próprio financiamento público viria a malograr, tendo em conta a relativa incapacidade financeira do setor público nacional. O financiamento externo também mostrou-se inadequado, dado que basicamente se constituiu de financiamentos de curto prazo ou de empréstimos a altas taxas de juro.[10] Apesar disso, o regime usou largamente o endividamento externo, para tentar, com isso, "dar um passo maior do que a perna", isto é, cobrir, com dívida externa, a incapacidade financeira nacional para sustentar o elevado investimento e as altas importações do período.

Poder-se-ia apelar para a entrada de capitais de risco internacionais, entretanto a crise internacional já indicava uma série de dificuldades e impedia uma entrada maior desse tipo de recurso no país, a despeito de que o papel do capital estrangeiro de risco já havia aumentado significativamente na maior parte dos segmentos produtivos.

Tendo em vista que as margens de lucro foram muito altas durante esse período, e que parte desses lucros não se pode converter em novo capital produtivo, esse excedente migrou, desses segmentos produtivos, em busca de ganhos ainda mais rentáveis, para segmentos de especulação. Nesse período se deu o curto auge especulativo nas principais bolsas de valores do país e, passado esse auge, seguiu-se especulação imobiliária e financeira generalizada.

Com a desaceleração, a taxa de inversão ainda cresceu até 1976, se aproximando dos 25% do PIB, desacelerando fortemente a partir daí. Isto foi possível porque o gasto público ainda se manteve em nível alto e, por outro lado, algumas grandes empresas industriais oligopólicas (basicamente dos setores de bens de produção) ainda completavam seus enormes investimentos iniciados anos antes.

Por isso, a crise só se tornou mais perceptível depois do triênio 1974/1976. Mas as intenções políticas do governo autoritário eram as de manter um nível de crescimento elevadíssimo e com isso construir o sonho do projeto "Brasil Potência", com o que a política econômica passou a caminhar por rumos ainda mais arriscados, que gerariam graves problemas no futuro imediato.

Ao mesmo tempo que a economia desacelerava, a política de arrocho salarial se tornava mais ativa, reduzindo o nível de vida da classe trabalhadora. A contenção dos salários reduziu fortemente seu peso nos custos industriais, e isto, junto com a inflação e a regressividade tributária, contribuiu para a reconcentração da renda pessoal: em 1960 os 50% mais pobres da população brasileira recebiam 17,4% da renda, em 1970 apenas 14,9% e, em 1980, diminuíram mais, para 12,6%. O relativo ao 1% mais rico da população, que em 1960 recebia 11,9%, passava em 1970 a 14,7% e a 16,9% em 1980, recebendo 1,5% a mais do que os 70% mais pobres da população, que recebiam 15,4%.

A essa deterioração do nível de renda pessoal, há que se acrescentar o fato de que a notável expansão industrial do período se deu com total desprezo pela preservação do meio ambiente, com o que nunca se poluiu e devastou tanto este país como nesse período.

A taxa de incremento demográfico começava a declinar na década de 60, mas a intensificação da capitalização da agricultura das regiões mais desenvolvidas e a manutenção de seu atraso nas periféricas mais pobres, aceleraram ainda mais a expulsão de trabalhadores rurais, contribuindo para que a fração urbana da população chegasse a 56% do total. A expansão da produção agrícola se fez, basicamente, pela expansão da área cultivada, dado que a intensificação capitalista resultou muito mais no aumento da produtividade do trabalho do que da produtividade da terra. Assim, ocupou-se o Centro-Oeste e parte da Amazônia, ampliando-se as levas migratórias para aquelas regiões, além do grande depositário formado por São Paulo, e ainda secundado pelo Rio e Janeiro.

AS CONSEQÜÊNCIAS

A intenção política de manter a taxa de inversão da economia em patamares elevadíssimos exigiu grandes importações de bens de capital e de insumos básicos, agravando fortemente o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Entre 1969 e 1972 a importação de bens de capital representou, em média, 40% do valor total das importações, enquanto a crise do petróleo só geraria impactos maiores na balança comercial a partir de 1974. Com efeito, as importações líquidas (deduzidas as exportações) de petróleo e derivados passam de US$ 306 milhões em 1971, para US$ 654 milhões em 1973 e para US$ 2,767 bilhões em 1974. A dívida externa bruta saltava de US$ 6,6

bilhões em 1971 para US$ 10,2 bilhões em 1972, para US$ 12,6 bilhões em 1973 e US$ 17,2 bilhões em 1974. Quer dizer: a dívida saltava da média de US$ 3,0 bilhões no período de 1964/67 para US$ 10,2 bilhões, antes de ocorrer o chamado "choque do petróleo". No período 1972/74 o serviço da dívida externa já perfazia cerca de 35% do total de nossas exportações.

Para concretizar essa intenção de crescer, o governo formulou diretrizes econômicas para 1974-1976 (II PND), cujo eixo central era o da implantação, expansão e modernização de setores estratégicos para o crescimento e a provável "sustação" do desequilíbrio da balança comercial. Resumidamente, foram contemplados insumos básicos (entre eles, aços, não-ferrosos, químicos e energia – dentro da qual infelizmente se incluiu o desastroso programa nuclear) e bens de capital, setor este que teria sua capacidade produtiva bastante acrescida, e que, por isso mesmo, seria mais atingido no agravar da crise.

O gigantismo das metas, a irrealidade de algumas delas e a grave lacuna do financiamento de longo prazo, abalaram a consecução do plano, só em parte concretizado, ao longo do período 1975/80. Acresçam-se o agravamento do balanço de pagamentos e o recrudescimento inflacionário.[11]

Embora o plano não tenha tido o sucesso que se pretendeu alcançar, sua parcial execução permitiu, contudo, a manutenção em níveis ainda altos da taxa de inversão e, notadamente, da taxa de crescimento da produção industrial, embora já francamente na marcha da desaceleração.

O grande aumento das importações de bens de produção, a partir do inicio da década de 1970, implicou, portanto, crescentes déficits da balança comercial, a despeito da enorme expansão das exportações. O aumento desse desequilíbrio, em face da persistência na política do projeto do II PND (meta do PIB em torno de 11% ao ano, e do produto industrial em 13%) foi "compensado" por uma irrefletida política de colossal endividamento externo. Se em 1972/74 o serviço dessa dívida equivalia a 35% de nossas exportações, no triênio 1976/78 ascenderia a 55%, e a 90% em 1979/83.

Em decorrência disso, a espiral inflacionária retoma seu antigo nível: a inflação começaria a crescer a partir de 1974 passando dos 20% anteriores para uma média de 30% anual, atingindo 40% no triênio 1976/78, crescendo para 155% em 1983.

O governo, desde 1976, tomou consciência desses dois problemas (balanço de pagamentos e inflação). Entretanto, suas tentativas de combatê-los foram inócuas. A contenção do déficit do balanço de pagamento fez-se à custa de uma política recessiva que reduziu o nível das importações. Entretanto, o

montante de amortizações mais juros, como já se viu, cresceu muito, não permitindo o saneamento do problema: o déficit em transações correntes, em US$ bilhões, que era de 1,0 na média do período 1968/73, passava à média de 6,0 no de 1974/78 e à de 11,7 no de 1979/83.

Para o combate à inflação, a direção da política econômica foi a de administrar uma política de tipo *stop and go*, para o crédito, o déficit e o controle da base monetária. Com isto, tentaram minorar os efeitos da crise, mas esta se aprofundou, pois os problemas estruturais da dinâmica de acumulação da economia impediam a continuidade das elevadas taxas de acumulação. Assim, a essas estruturas foram superpostos efeitos conjunturais, decorrentes das políticas contracionistas.

A partir de 1978/79, com a segunda crise do petróleo e a política restritiva e de brutal elevação da taxa de juros conduzida pelos Estados Unidos, piora muito a situação para os tomadores de empréstimos externos. A defesa dos devedores privados consistiu em saldar suas obrigações em moeda nacional, transferindo suas dívidas externas para o Estado. "Passando-lhe o mico": é nisto, exatamente, que consiste o fenômeno da chamada *estatização da dívida.*

Daí em diante, o Estado se viu obrigado a rolar essa dívida e, para fazer frente ao seu serviço, forçou suas empresas estatais (não só as federais) a endividar-se no exterior, dolarizando seus passivos e, com isso, debilitando suas estruturas patrimoniais e financeiras.

A malfadada política foi complementada com brutal elevação de taxas de juros internos, agudizando não apenas a inflação de custos de todas as empresas tomadoras no mercado interno, mas também, e principalmente, crescendo enormemente a dívida pública interna, causada, na maior parte, pela necessidade da rolagem da dívida externa e do atendimento ao seu serviço e, mais tarde, também pelos crescentes superávites da balança comercial.

A insistência em conter a base monetária, o crédito e o gasto público foi incapaz de mudar os rumos. Terminou o país batendo às portas do FMI, em fins de 1982, agravando a sua mais profunda crise econômica:

– a taxa média anual do PIB, que entre 1976 e 1980 foi 6,2%, passava, entre 1980 e 1983, a -1,7% anuais;

– a produção industrial entre 1976 e 1980 ainda crescera à taxa anual de 6,1%, despenca, no período 1980/83, para a média anual de -5,4%; nos mesmos períodos, a da agropecuária também cai, de 5,0% para 1,9%;

– setorialmente, todos os compartimentos produtivos foram afetados, porém o de bens de capital foi o que mais sofreu, dado que entre 1976 e 1980 cresceu à taxa média anual de 4,0% e, em 1980/83, à de -11,4%;

– a dívida externa, dos US$ 21,2 bilhões em 1975, saltou, em 1983, para US$ 81,3 bilhões e seu serviço, neste último ano, representava 88% do total das exportações.

A ruptura econômica agravou a questão política nacional e as pressões das oposições brasileiras conduziram a Nação a exigir a redemocratização do país e a retomada do desenvolvimento econômico. Passados os primeiros meses de governo da Nova República, que se pautaram por uma bisonha e ortodoxa política econômica, a mudança do ministro da Fazenda, em agosto de 1985, trouxe novas expectativas quanto ao combate à inflação – que atingiria 242% em 1985 – e à retomada do crescimento. O recrudescimento inflacionário, com as elevadas taxas de janeiro e fevereiro de 1986, induziu ao congelamento dos preços, através do chamado Plano Cruzado, uma das raras medidas de política econômica que, além de não causar perda aos trabalhadores, trouxe-lhes ganhos reais.

Assim, passada a euforia da "recuperação" de 1983/84, e de 1984/85, causada pelo extraordinário desempenho de nossas exportações e de uma certa liberalização salarial, e a de 1986, causada pelo Plano Cruzado, a economia novamente retomaria o caminho da inflação, de 80% em 1986 para 363% em 1987, para 850% em 1988 e 1.000% em 1989, apesar de termos executado três planos de estabilização na década de 1980 e de nos submetermos à ortodoxia do FMI. Tomado o período 1980-89, o crescimento médio anual do PIB foi bisonho (2,2%) e o da indústria de transformação ainda pior (0,9%), enquanto a dívida externa saltava em 1989 para US$ 115 bilhões. A isso devemos acrescentar a piora de nossos indicadores sociais e a corrosão fiscal e financeira do Estado.

A década de 1990 foi ainda pior. Entre 1990 e julho 1994 a inflação retornou, oscilando entre 500% anuais em 1991 e 2.500% em 1993, a despeito de outros três planos de estabilização, dos quais, o último (Plano Real, 1994) foi o mais bem sucedido, embora à custa de alta valorização cambial e de enorme endividamento público interno. Câmbio barato e abertura desenfreada geraram déficits em transações correntes acumulados, entre 1994 e 2002, de US$ 200 bilhões, fazendo com que a dívida externa saltasse de cerca de US$ 150 bilhões em 1994 para US$ 230 bilhões em 2002, enquanto a dívida líquida do setor público (todas as esferas de governo), que caíra de 40% do PIB em 1991, para 28% em 1994, subisse aceleradamente para 58% ao final de 2003. Ainda assim, já acumulamos uma inflação de 220% entre julho de 1994 e agosto de 2004.

A adoção das políticas neoliberais resultou em crescimento tão ruim quanto o do período anterior: tomado todo o período 1989-2003, o PIB cresceu à média anual de 1,8% e a indústria de transformação à de 0,7%. Desnecessário dizer que nossos problemas sociais se agudizaram ainda mais.

A herança do *milagre* e da crise que nos assola nestes últimos 25 anos impõe uma grande dose de atenção para com os graves problemas sociais do país: desemprego, subnutrição, mortalidade infantil, habitação, saúde, educação, transportes urbanos etc. Embora na última década (1990/2000) a taxa demográfica tenha declinado para 1,63% anual, a população urbana atinge hoje pouco mais de 81% do total e o êxodo rural não pára de crescer.

Ainda que os problemas apontados sejam muito graves e que a miopia das elites obste a construção de um novo projeto para o país, é inquestionável a necessidade de retomarmos o "bonde da história". O país precisa atualizar-se, não só para poder enfrentar e competir com o mundo desenvolvido, mas, principalmente, para crescer e resgatar sua imensa dívida social, sem o que continuaremos marchando como hoje, a passos de caranguejo ou de Rocinante. Todo nosso esforço nos últimos anos, de aumento de exportações, de privações, de desemprego, de pagamento do serviço da dívida, de produção, pode infelizmente ser resumido no seguinte: de 1980 a 2003 a renda média por habitante teve o insignificante aumento total de 4,2% ou 0,18% anual.

É claro que não podemos dizer que o acúmulo de nossa negativa herança e de nossos problemas é totalmente atribuível ao desatino parcial da política econômica do *milagre*. Além dos efeitos daquela política econômica, também tivemos fatores externos causadores ou ampliadores da crise. Contudo, as raízes desses males, inquestionavelmente, dali brotaram.

O mais incrível, contudo, é que, após a redemocratização em 1985, estejamos sofrendo este longo período perdulário gerado pelos erros praticados na política econômica destes últimos 25 anos, após termos tido 50 anos de fantástica industrialização.

BIBLIOGRAFIA

BAER, W., KERTENETZKY, I. & VILELA, A.V. As modificações no papel do Estado na Economia Brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: 4 (3), dez. 1974.

BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. (Org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. Ensaios sobre a crise – Campinas: IE/Unicamp, 1998, 2. ed.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995)* – Campinas: IE/Unicamp, 1998, 2ª ed.

————, Soberania e Política Econômica na América Latina, São Paulo-Campinas, Unesp-Unicamp, 1999.

————, *"Crise de 1929", Soberania na Política Econômica e Indusrialização. In* CANO,W, Ensaios sobre a Formação Econômica Regional do Brasil. Campinas: Ed. Unicamp/Inst. Econ-Fecamp, 2002.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo Tardio*. Campinas: IE/Unicamp, 1998, 2. ed.

CARDOSO DE MELLO, J.M. & BELLUZZO, L.G.M. Reflexões sobre a crise atual. *In*: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R., (Org.) 1998.

CRUZ, P.R.D.C. *Dívida Externa e Política Econômica: A Experiência Brasileira nos Anos Setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DRAIBE, S.M. *Rumos e Metamorfose: um Estudo Sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LESSA, C.F.M.T.R. de *Quinze Anos de Política Econômica*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1973 (cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

————, *A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976*. Sonho e Fracasso. – Campinas: IE/Unicamp, 1998, 2ª ed.

MALAN, P.S. et alii. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: BELLUZZO, L.G. de M. & COUTINHO, R. org. 1998.

TAVARES, Maria da C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

————, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1998, 2ª ed.

NOTAS

[1] Parte deste texto constitui versão resumida, adaptada e atualizada de alguns textos anteriores do autor. Campinas, 6/10/2004.

[2] Sobre o novo padrão se acumularão, ver CARDOSO DE MELLO (1998) e TAVARES (1998). Para a política de recuperação ver CANO (2002).

[3] Sobre a integração do mercado nacional, ver CANO (1998, capitulo V).

[4] Ver, a respeito: MALAN *et alii* (1977).

[5] Sobre o processo de substituição de importações, ver o clássico trabalho de TAVARES (1972).

[6] Sobre a evolução do Estado brasileiro, ver BAER, KERSTENETSKY e VILLELA (1973) e DRAIBE (1985).

[7] Sobre o Programa de Metas, ver o clássico trabalho de LESSA (1975).

[8] É ampla a bibliografia sobre o tema. Ver TAVARES (1974); CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO (1983) e SERRA (1983).

[9] Entre 1970 e 1980, embora o crescimento do emprego urbano (6,7% anuais) fosse muito elevado, o aumento do PIB e da produtividade possibilitou que o PIB por habitante aumentasse, na década, 81%, permitindo um certo relaxamento na política salarial durante o *milagre,* e possibilitando um aumento real no salário mínimo de 13,9% e no salário médio da indústria de transformação, de 47%. Cf. CANO (1999), p. 204-205.

[10] Sobre o período, ver: CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO (1983), SERRA (1983) e CRUZ (1984).

[11] Sobre o II PND ver: LESSA (1998).